

Sumário

Introdução – 2ª edição	33
------------------------------	----

PARTE I

1

ENTENDENDO A “BASE DA REFORMA TRIBUTÁRIA”

1.1. qual razão mudar: era realmente necessário? “É só o começo”	37
1.2. Antes da Reforma Tributária: como era o modelo de tributação sobre o consumo no Brasil?	38
1.2.1. Base de incidência altamente fragmentada setorialmente e múltiplas legislações complexas e difusas	39
1.2.2. Não cumulatividade “limitada”	45
1.2.3. Cobrança na origem e estímulo a guerra fiscal.....	51
• Resumo das regras que foram previstas originariamente pela CF/88:...	55
• Resumo das regras existentes após a EC 87/2015:.....	56
1.3. Modelos de Tributação sobre o consumo.....	57
1.3.1. Modelo norte-americano.....	58
1.3.2. Modelo europeu de tributação.....	59
1.3.3. Conclusões do modelo adotado na EC 132/2023	62

2

REFORMA TRIBUTÁRIA PARA DESESPERADOS: AS PRINCIPAIS MUDANÇAS MAIS SIGNIFICATIVAS

• Agenda verde na Reforma Tributária:	65
• Convocação do Poder Legislativo pelo Comitê Gestor:	66
• Nova competência do STJ:.....	66

• Novos princípios:.....	66
• Atenuar o efeito da regressividade:	68
• Simples Nacional.....	69
• Características do IBS e CBS (tributos gêmeos):.....	69
• Imposto Seletivo	69
• ITCMD	70
• Regras transitórias das “situações internacionais” enquanto não há lei complementar nacional:	71

3

ARTIGO POR ARTIGO: REFORMA FACILITADA E ESQUEMATIZADA

3.1. Dos dispositivos que começaram a vigorar imediatamente (21/12/2023)....	75
3.1.1. Art. 43 § 4º: Agenda Verde.....	75
3.1.1.1. Resumo	78
3.1.2. Art. 50: Poder Legislativo	78
3.1.2.1. Aprofundamento	79
• Princípio da colegialidade.....	80
• Princípio da simetria e impossibilidade de aumentar o alcance da norma pela Constituição Estadual.....	82
• Julgados em destaque.....	83
3.1.2.2. Resumo	84
3.1.3. Art. 105-I, j: Competência do STJ	84
• Decisões sobre o art. 102, I, f do STF, em que NÃO há competência do STF:.....	87
• Decisões sobre o art. 102, I, f do STF, em que HÁ competência do STF por densidade suficiente de abalar o pacto federativo:.....	89
3.1.3.1. Resumo.....	91
3.1.4. Art. 145: Princípios.....	91
• Princípio da Simplicidade:.....	93
• Princípio da Transparência:	94
• Princípio da Justiça Tributária:	96
• Princípio da Cooperação:	97
• Princípio da Defesa ao Meio Ambiente:.....	99
• Regressividade:.....	99

3.1.4.1.	Aprofundamento	101
3.1.4.2.	Resumo	103
3.1.5.	Art. 146. Do Simples Nacional.....	105
•	O que é o Simples Nacional?	107
3.1.5.1.	Aprofundamento	108
•	Mudanças do Simples Nacional.....	111
3.1.5.2.	Resumo	112
3.1.6.	Art. 149-A: COSIP.....	112
•	COSIP	113
•	COSIP – novidade.....	114
3.1.6.1.	Resumo	117
3.1.7.	Art. 149-B: Normas comuns do IBS e CBS.....	117
•	Qual a razão dos tributos gêmeos?	118
•	Primeira característica:.....	119
3.1.7.1.	Aprofundamento	119
•	Segunda característica:.....	123
•	Terceira característica:	123
•	Quarta característica:	124
•	Quinta característica:.....	126
3.1.7.2.	Resumo	127
3.1.8.	Art. 149-C: Operações contratadas pela Administração Pública.....	127
3.1.8.1.	Resumo	132
3.1.9.	Art. 150: Entidades Religiosas e Correios	132
•	Entidades Religiosas:.....	133
3.1.9.1.	Aprofundamento	139
•	Correios:.....	143
3.1.9.2.	Resumo	149
3.1.10.	Art. 153 e Art. 155: Imposto Seletivo.....	150
•	Extrafiscalidade:.....	151
•	Houve a substituição do IPI?.....	152
•	Diferenças do IPI e do Imposto Seletivo:.....	154
•	Haverá realmente “seletividade” no imposto seletivo?.....	155
•	Comentários aos incisos do Imposto Seletivo	160
3.1.10.1.	Resumo	168

• Aspectos práticos do Imposto Seletivo:	168
3.1.11. Art. 155: ITCMD – EC 132/2023 e LC 227/2026	169
• Progressividade da alíquota	180
• Novas Imunidades	184
• Regras de Competência . Ausência de Lei Complementar. Lei Complementar 227/2026	186
3.1.11.1. Critério Material	196
• O que é “bem ou direito” para fins de ITCMD?	196
• O que é “doação” para fins de ITCMD?	197
• O que NÃO é doação?	197
• Exemplo 1 - Falta de capacidade financeira:	198
• Exemplo 2 - Pessoa vinculada:	198
• Quem são as “pessoas vinculadas”? O art. 147, II, define:	198
3.1.11.2. Não Incidência e Imunidades	198
• Quanto às imunidades (art. 149), destacam-se:	198
• O que são os requisitos do art. 14 do CTN?	199
• Exemplo – Doação feita por entidade imune:	199
• Por que não incide ITCMD?	200
• Exemplo:	200
3.1.11.3. Trust: tratamento na LC 227/2026	200
• O que é trust?	201
• Quando incide ITCMD no trust?	201
• Exemplo 1 - Reversão por morte:	201
• Exemplo 2 - Reversão em vida:	201
• Exemplo 3 - Abdicação irrevogável:	202
3.1.11.4. Critério temporal	202
• Exemplo - Morte presumida com ausência:	202
• Exemplo prático – Doação de quotas:	203
3.1.11.5. Critério quantitativo (Base de Cálculo)	203
• A LC 227/2026 trouxe regras específicas sobre a base de cálculo:	203
• Exemplo 1 – Com seguro prestamista:	204
• Exemplo 2 - Sem seguro prestamista:	204
• O que é “metodologia tecnicamente idônea”?	204
• Por que essa regra existe?	205
3.1.11.6. Alíquotas	206
• Exemplo:	206

3.1.11.7. Critério pessoal.....	206
3.1.11.8. Fiscalização.....	207
3.1.11.9. Resumo.....	208
3.1.12. Art. 155: IPVA.....	209
• Regramento legal.....	210
• Fato gerador.....	210
• Inclusive, nosso entendimento foi acolhido recentemente pelo STF:	212
• O que aconteceu com o IPVA?.....	215
• Limites ao poder de tributar – navios e aeronaves.....	217
• Progressividade do IPVA. Seletividade quanto ao meio ambiente.....	220
3.1.12.1. Resumo.....	234
3.1.13. Art. 155: IPTU.....	236
• Aprofundamento: julgados importantes	238
3.1.13.1. Resumo	242
3.1.14. Art. 156-A: IBS.....	242
3.1.14.1. Reflexões sobre a “competência compartilhada” (caput).....	247
• E o que aconteceu com o IBS?	251
3.1.14.2. Da instituição por Lei Complementar Federal (caput).....	253
3.1.14.3. Da neutralidade (§ 1º) do IBS e CBS (IVA Dual).....	256
3.1.14.4. Base ampla de incidência – IBS e CBS (§ 1º, inciso I e II)	258
3.1.14.5. Não cumulatividade – IBS e CBS (§ 1º, III, VIII, § 5º, II, III, § 7º, II).....	266
• Não cumulatividade: regras e exceções.....	267
• Qual a razão da não cumulatividade?	268
3.1.14.6. Legislação única e uniforme, exceto quanto às alíquotas - IBS e CBS (§1º, inciso IV e V).....	272
3.1.14.7. Alíquotas idênticas para todos os bens, direitos e serviços - IBS e CBS (§1º, inciso VI).....	274
3.1.14.8. Vedação a criação de regimes específicos ou favorecidos de tributação, exceto os já previstos na Constituição - IBS e CBS (§ 1º, inciso X, § 6º).....	275
• Regras iguais, exceções também.....	275
• Exceções previstas na Constituição Federal.....	286
• Regimes diferenciados de tributação.....	286
• Outras características dos regimes diferenciados de tributação	288
• Regimes específicos de tributação.....	289

3.1.14.9. Alíquotas de Referências - IBS e CBS (§1º, inciso XII, § 9º).....	294
• Definição.....	294
• Primeira característica.....	296
• Segunda característica	296
• Terceira característica	296
• Quarta característica	297
• Quinta característica.....	297
3.1.14.10. Cálculo por fora e não inclusão da base de cálculo de outros tributos – IBS (§1º, inciso IX).....	298
3.1.14.11. Imunidade do serviço de comunicação – IBS e CBS (§1º, inciso XI)	298
3.1.14.12. Tributação no destino pelo somatório das alíquotas – IBS (§1º, inciso VII).....	298
• Tributação no Destino: Uma mudança no jogo da arrecadação	298
3.1.14.13. Transparência – valor informado no documento fiscal – IBS e CBS (§1º, inciso XIII).....	300
3.1.14.14. Responsabilidade tributária ampliada – IBS e CBS (§3º).....	301
3.1.14.15. Arrecadação e distribuição pelo Comitê Gestor – IBS (§4º).....	307
3.1.14.16. Cashback do IBS (§5, VIII, § 13)	308
• Diferença do cashback para a CBS.....	309
3.1.14.17. Outros critérios definidos pela Lei Complementar (§5º).....	309
3.1.14.18. Resumo	311
3.1.15. Art. 156-B: Comitê Gestor	313
• Composição, financiamento e decisões.....	317
• Características Relevantes.....	320
3.1.15.1. Resumo	322
3.1.16. Arts. 158 e 159: Repartição de Receitas.....	323
3.1.17. Arts. 159-A, 161 e 167: Fundo Nacional e Direito Financeiro.....	328
3.1.18. Art. 177: CIDE-Combustíveis.....	330
3.1.19. Art. 195, inciso V: CBS.....	331
• Linhas Gerais	331
• Diferenças: CBS vs IBS.....	332
• Características e paralelismo com o IBS.....	332
• Cálculo por fora e não inclusão da base de cálculo de outros tributos - CBS (§ 17).....	333
• Cashback (§§ 18 e 19).....	334

3.1.19.1. Resumo	335
3.1.20. Art. 198, 212-A e 225.....	335
3.1.21. Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.....	338
• Arts. 76-A e 76-B.....	338
• Art. 92-B: Zona Franca de Manaus.....	339
• Arts. 124 a 130: Regras de Transição.....	341
• Arts. 131 a 135 – Regras de Transição – tributação no destino, ICMS, saldos credores.	349
• Art. 133.....	354
• Benefícios fiscais do ICMS no período de transição (2029 a 2032)	355
• Saldos Credores do ICMS (art.134 do ADCT)	363
• Art. 136: Nova Contribuição dos Estados.....	367
• Dispositivos relevantes da EC 132/2023.....	368
3.1.22. Dispositivos que entrarão em vigor em 2027	373
• Art. 37, §§ 17 e 18.....	373
• Art. 146, III, d.....	374
• Art. 153, V.....	374
• Art. 156-A.....	375
• Art. 156-A.....	376
• Art. 225.....	377
• Art. 239.....	378
3.1.23. Dispositivos que entrarão em vigor em 2033	379
• Atos das Disposições Constitucionais Transitórias	382

PARTE II

LIVRO I

DO IMPOSTO SOBRE BENS E SERVIÇOS (IBS) E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE BENS E SERVIÇOS (CBS)

TÍTULO I – DAS NORMAS GERAIS DO IBS E DA CBS.....	385
• CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	385
• CAPÍTULO II – DO IBS E DA CBS SOBRE OPERAÇÕES COM BENS E SERVIÇOS	390
Seção I – Hipóteses de Incidência e Regra-Matriz de Incidência Tributária	390
Seção II – Das Imunidades	414

Seção III – Do Momento de Ocorrência do Fato Gerador	419
Seção IV – Do local da operação	424
Seção V – Da Base de Cálculo	431
Seção VI – Das Alíquotas	437
Subseção I – Das Alíquotas-Padrão	437
Subseção II – Das Alíquotas de Referência	441
Seção VII – Da Sujeição Passiva	446
Seção VIII – Das Modalidades de Extinção dos Débitos	474
Subseção I – Disposições Gerais	474
Subseção II – Do Pagamento pelo Contribuinte	479
Subseção III – Do Recolhimento na Liquidação Financeira (Split Payment)	481
Subseção IV – Do Recolhimento pelo Adquirente	497
Subseção V – Do Pagamento pelo Responsável	497
Seção IX – Do Pagamento Indevido ou a Maior	499
Seção X – Do Ressarcimento	502
Seção XI – Dos Regimes de Apuração	507
Seção XII – Da Não Cumulatividade	512
Seção XIII – Dos Bens e Serviços de Uso ou Consumo Pessoal	521
• CAPÍTULO III – DA OPERACIONALIZAÇÃO DO IBS E DA CBS	527
Seção I – Disposições Gerais	527
Seção II – Do Cadastro com Identificação Única	528
Seção III – Do Documento Fiscal Eletrônico	530
Seção IV – Dos Programas de Incentivo à Cidadania Fiscal	533
Seção V – Disposições Transitórias	535
• CAPÍTULO IV – DO IBS E DA CBS SOBRE IMPORTAÇÕES	538
Seção I – Da Hipótese de Incidência	538
Seção II – Da Importação de Bens Imateriais e Serviços	538
Seção III – Da Importação de Bens Materiais	543
Subseção I – Do Fato Gerador	543
Subseção II – Do Momento da Apuração	544
Subseção III – Do Local da Importação de Bens Materiais	544
Subseção IV – Da Base de Cálculo	547

Subseção V – Da Alíquota.....	548
Subseção VI – Da Sujeição Passiva.....	551
Subseção VII – Do Pagamento.....	554
Subseção VIII – Da Não Cumulatividade	555
• CAPÍTULO V – DO IBS E DA CBS SOBRE EXPORTAÇÕES.....	557
Seção I – Disposições Gerais.....	557
Seção II – Das Exportações de Bens Imateriais e de Serviços.....	557
Seção III – Das Exportações de Bens Materiais	561
TÍTULO II – DOS REGIMES ADUANEIROS ESPECIAIS E DOS REGIMES DE BAGAGEM, DE REMESSAS INTERNACIONAIS E DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA AERONAVES EM TRÁFEGO INTERNACIONAL.....	569
• CAPÍTULO I – DOS REGIMES ADUANEIROS ESPECIAIS.....	569
Seção I – Do Regime de Trânsito	569
Seção II – Dos Regimes de Depósito.....	569
Seção III – Dos Regimes de Permanência Temporária.....	570
Seção IV – Dos Regimes de Aperfeiçoamento.....	573
Seção V – Do Regime Aduaneiro Especial Aplicável ao Setor de Petróleo e Gás (Repetro)	576
Seção VI – Dos Regimes de Bagagem e de Remessas Internacionais	577
Seção VII – Do Regime de Fornecimento de Combustível para Aeronave em Tráfego Internacional.....	578
Seção VIII – (Incluído pela Lei Complementar nº 227, de 2026)	578
• CAPÍTULO II – DAS ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO.....	583
• CAPÍTULO III – DOS REGIMES DOS BENS DE CAPITAL	587
Seção I – Do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto).....	587
Seção II – Do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi)	589
Seção III – Do Regime Tributário para Incentivo à Atividade Naval - Renaval.....	591
Seção IV – Da Desoneração da Aquisição de Bens de Capital.....	593
TÍTULO III – DA DEVOLUÇÃO PERSONALIZADA DO IBS E DA CBS (CASHBACK) E DA CESTA BÁSICA NACIONAL DE ALIMENTOS.....	596
• CAPÍTULO I – DA DEVOLUÇÃO PERSONALIZADA DO IBS E DA CBS (CASHBACK)	596
• CAPÍTULO II – DA CESTA BÁSICA NACIONAL DE ALIMENTOS.....	607

TÍTULO IV – DOS REGIMES DIFERENCIADOS DO IBS E DA CBS	609
• CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	609
• CAPÍTULO II – DA REDUÇÃO EM TRINTA POR CENTO DAS ALÍQUOTAS DO IBS E DA CBS.....	611
• CAPÍTULO III – DA REDUÇÃO EM SESSENTA POR CENTO DAS ALÍQUOTAS DO IBS E DA CBS.....	613
Seção I – Disposições Gerais	613
Seção II – Dos Serviços de Educação.....	614
Seção III – Dos Serviços de Saúde	614
Seção IV – Dos Dispositivos Médicos	614
Seção V – Dos Dispositivos de Acessibilidade Próprios para Pessoas com Deficiência	614
Seção VI – Dos Medicamentos	615
Seção VII – Dos Alimentos Destinados ao Consumo Humano.....	615
Seção VIII – Dos Produtos de Higiene Pessoal e Limpeza Majoritariamente Consumidos por Famílias de Baixa Renda	615
Seção IX – Dos Produtos Agropecuários, Aquícolas, Pesqueiros, Florestais e Extrativistas Vegetais in Natura	615
Seção X – Dos Insumos Agropecuários e Aquícolas.....	616
Seção XI – Das Produções Nacionais Artísticas, Culturais, de Eventos, Jornalísticas e Audiovisuais.....	617
Seção XII – Da Comunicação Institucional.....	618
Seção XIII – Das Atividades Desportivas.....	618
Seção XIV – Da Soberania e da Segurança Nacional, da Segurança da Informação e da Segurança Cibernética.....	618
• CAPÍTULO IV – DA REDUÇÃO A ZERO DAS ALÍQUOTAS DO IBS E DA CBS.....	623
Seção I – Disposições Gerais	623
Seção II – Dos Dispositivos Médicos.....	624
Seção III – Dos Dispositivos de Acessibilidade Próprios para Pessoas com Deficiência	624
Seção IV – Dos Medicamentos	625
Seção V – Dos Produtos de Cuidados Básicos à Saúde Menstrual	625
Seção VI – Dos Produtos Hortícolas, Frutas e Ovos.....	626
Seção VII – Dos Automóveis de Passageiros Adquiridos por Pessoas com Deficiência ou com – Transtorno do Espectro Autista e por Motoristas Profissionais que Destinem o Automóvel à Utilização na Categoria de Aluguel (Táxi).....	631

Seção VIII – Dos Serviços Prestados por Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) sem Fins Lucrativos.....	639
• CAPÍTULO V – DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS RODOVIÁRIO E METROVIÁRIO DE CARÁTER URBANO, SEMIURBANO E METROPOLITANO.....	640
• CAPÍTULO VI – DA REABILITAÇÃO URBANA DE ZONAS HISTÓRICAS E DE ÁREAS CRÍTICAS DE RECUPERAÇÃO E RECONVERSÃO URBANÍSTICA.....	642
• CAPÍTULO VII – DO PRODUTOR RURAL E DO PRODUTOR RURAL INTEGRADO NÃO CONTRIBUINTE.....	645
• CAPÍTULO VIII – DO TRANSPORTADOR AUTÔNOMO DE CARGA PESSOA FÍSICA NÃO CONTRIBUINTE.....	650
• CAPÍTULO IX – DOS RESÍDUOS E DEMAIS MATERIAIS DESTINADOS À RECLAGEM, REUTILIZAÇÃO OU LOGÍSTICA REVERSA ADQUIRIDOS DE PESSOA FÍSICA, COOPERATIVA OU OUTRA FORMA DE ORGANIZAÇÃO POPULAR.....	653
• CAPÍTULO X – DOS BENS MÓVEIS USADOS ADQUIRIDOS DE PESSOA FÍSICA NÃO CONTRIBUINTE PARA REVENDA.....	656
TÍTULO V – DOS REGIMES ESPECÍFICOS DO IBS E DA CBS.....	658
• CAPÍTULO I – DOS COMBUSTÍVEIS.....	658
Seção I – Disposições Gerais.....	658
Seção II – Da Base de Cálculo.....	659
Seção III – Das Alíquotas.....	659
Seção IV – Da Sujeição Passiva.....	662
Seção V – Das Operações com Etanol Anidro Combustível (EAC).....	663
Seção VI – Dos Créditos na Aquisição de Combustíveis Submetidos ao Regime de Tributação Monofásica.....	663
• CAPÍTULO II – DOS SERVIÇOS FINANCEIROS.....	670
Seção I – Disposições Gerais.....	670
Seção II – Disposições Comuns aos Serviços Financeiros.....	672
Seção III – Das Operações de Crédito, de Câmbio, com Títulos e Valores Mobiliários, de Securitização e de Faturização.....	677
Seção IV – Do Arrendamento Mercantil.....	684
Seção V – Da Administração de Consórcio.....	687
Seção VI – Da Gestão e Administração de Recursos, inclusive de Fundos de Investimento.....	690
Seção VII – Do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e dos demais Fundos Garantidores e Executores de Políticas Públicas.....	692

Seção VIII – Dos Arranjos de Pagamento.....	697
Seção IX – Das Atividades de Entidades Administradoras de Mercados Organizados, Infraestruturas de Mercado e Depositárias Centrais.....	704
Seção X – Dos Seguros, Resseguros, Previdência Complementar e Capitalização..	705
Seção XI – Dos Serviços de Ativos Virtuais.....	711
Seção XII – Da Importação de Serviços Financeiros.....	712
Seção XIII – Da Exportação de Serviços Financeiros.....	716
Seção XIV – Disposições Transitórias.....	717
• CAPÍTULO III – DOS PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE.....	721
• CAPÍTULO IV – DOS CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS.....	727
Seção I – Disposições Gerais.....	727
Seção II – Da Importação de Serviços de Concursos de Prognósticos.....	728
Seção III – Da Exportação de Serviços de Concursos de Prognósticos.....	728
• CAPÍTULO V – DOS BENS IMÓVEIS.....	731
Seção I – Disposições Gerais.....	731
Seção II – Do Momento da Ocorrência do Fato Gerador.....	741
Seção III – Da Base de Cálculo.....	743
Subseção I – Disposições Gerais.....	743
Subseção II – Do Redutor de Ajuste.....	748
Subseção III – Do Redutor Social.....	755
Seção IV – Da Alíquota.....	757
Seção V – Da Incorporação Imobiliária e do Parcelamento de Solo.....	758
Seção VI – Da Sujeição Passiva.....	760
Seção VII – Disposições Finais.....	761
• CAPÍTULO VI – DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS.....	764
• CAPÍTULO VII – DOS BARES, RESTAURANTES, HOTELARIA, PARQUES DE DIVERSÃO E PARQUES TEMÁTICOS, TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS E AGÊNCIAS DE TURISMO.....	766
Seção I – Dos Bares e Restaurantes.....	766
Seção II – Da Hotelaria, Parques de Diversão e Parques Temáticos.....	769
Seção III – Do Transporte Coletivo de Passageiros Rodoviário Intermunicipal e Interestadual, Ferroviário, Hidroviário e Aéreo Regional e Do Transporte de Carga Aéreo Regional.....	772
Seção IV – Das Agências de Turismo.....	778

• CAPÍTULO VIII – DA SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL - SAF.....	780
• CAPÍTULO IX – DAS MISSÕES DIPLOMÁTICAS, REPARTIÇÕES CONSULARES E OPERAÇÕES ALCANÇADAS POR TRATADO INTERNACIONAL.....	782
• CAPÍTULO X – DISPOSIÇÕES COMUNS AOS REGIMES ESPECÍFICOS.....	789
TÍTULO VI – DOS REGIMES DIFERENCIADOS DA CBS.....	793
• CAPÍTULO I – DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS - PROUNI	793
• CAPÍTULO II – DO REGIME AUTOMOTIVO.....	795
TÍTULO VII – DA ADMINISTRAÇÃO DO IBS E DA CBS.....	803
• CAPÍTULO I – DO REGULAMENTO DO IBS E DA CBS.....	803
• CAPÍTULO II – DA HARMONIZAÇÃO DO IBS E DA CBS.....	803
• CAPÍTULO II-A – (INCLUÍDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 227, DE 2026).	815
• CAPÍTULO III – DA FISCALIZAÇÃO E DO LANÇAMENTO DE OFÍCIO.....	825
Seção I – Da Competência para Fiscalizar.....	825
Seção II – Da Fiscalização e do Procedimento Fiscal.....	831
Seção III – Do Lançamento de Ofício.....	832
Seção IV – Do Domicílio Tributário Eletrônico – DTE e das Intimações.....	835
Seção V – Das Presunções Legais.....	836
Seção VI – Da Documentação Fiscal e Auxiliar.....	840
Seção VII – Do Regime Especial de Fiscalização – REF.....	841
• CAPÍTULO IV – (INCLUÍDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 227, DE 2026)	847
TÍTULO VIII – DA TRANSIÇÃO PARA O IBS E PARA A CBS.....	863
• CAPÍTULO I – DA FIXAÇÃO DAS ALÍQUOTAS DURANTE A TRANSIÇÃO.....	863
Seção I – Da Fixação das Alíquotas do IBS durante a Transição.....	863
Seção II – Da Fixação das Alíquotas da CBS durante a Transição.....	864
Seção III – Disposições Comuns ao IBS e à CBS em 2026.....	866
Seção IV – Da Fixação das Alíquotas de Referência de 2027 a 2035.....	868
Subseção I – Disposições Gerais.....	868
Subseção II – Da Receita de Referência.....	871
Subseção III – Do Cálculo das Alíquotas de Referência.....	874
Subseção IV – Do Cálculo da Alíquota de Referência da CBS.....	877
Subseção V – Do Cálculo das Alíquotas de Referência do IBS.....	882
Subseção VI – Da Fixação das Alíquotas de Referência em 2034 e 2035.....	890
Subseção VII – Do Limite para as Alíquotas de Referência em 2030 e 2035.....	890

Seção V – Do Redutor a ser aplicado sobre as Alíquotas da CBS e do IBS nas Operações Contratadas pela Administração Pública de 2027 a 2033.....	893
• CAPÍTULO II – DO LIMITE PARA REDUÇÃO DAS ALÍQUOTAS DO IBS DE 2029 A 2077	895
• CAPÍTULO III – DA TRANSIÇÃO APLICÁVEL AO REGIME DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS	896
• CAPÍTULO IV – DO REEQUILÍBRIO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	897
• CAPÍTULO V – DA UTILIZAÇÃO DO SALDO CREDOR DO PIS E DA COFINS	901
• CAPÍTULO VI – DOS CRITÉRIOS, LIMITES E PROCEDIMENTOS RELATIVOS À COMPENSAÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS OU FINANCEIRO-FISCAIS DO ICMS	905
Seção I – Disposições Gerais.....	905
Seção II – Das Competências Atribuídas à RFB.....	909
Seção III – Da Habilitação do Requerente à Compensação.....	912
Seção IV – Da Demonstração e Reconhecimento do Crédito Apurado e da Revisão da Regularidade do Crédito Retido	914
Seção V – Da Autorregularização das Informações Prestadas	918
Seção VI – Dos Procedimentos de Revisão da Apuração do Crédito e do Rito Processual.....	920
Seção VII – Da Constituição do Crédito da União	922
Seção VIII – Da Representação Para Fins Penais.....	924
Seção IX – Da Comunicação e da Representação Fiscal pelas Unidades Federa- das	924
Seção X – Disposições Finais.....	926
• CAPÍTULO VII – DA TRANSIÇÃO APLICÁVEL AOS BENS DE CAPITAL	929
• CAPÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES FINAIS	932

LIVRO II

DO IMPOSTO SELETIVO

TÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	935
TÍTULO II – DAS NORMAS GERAIS DO IMPOSTO SELETIVO	935
• CAPÍTULO I – DO MOMENTO DE OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR.....	935
• CAPÍTULO II – DA NÃO INCIDÊNCIA	936
• CAPÍTULO III – DA BASE DE CÁLCULO.....	941
• CAPÍTULO IV – DAS ALÍQUOTAS.....	947

Seção I – Dos Veículos.....	947
Seção II – Das Aeronaves e Embarcações.....	947
Seção III – Dos Demais Produtos Sujeitos ao Imposto Seletivo.....	947
• CAPÍTULO V – DA SUJEIÇÃO PASSIVA.....	952
• CAPÍTULO VI – DA EMPRESA COMERCIAL EXPORTADORA.....	954
• CAPÍTULO VII – DA PENA DE PERDIMENTO	954
• CAPÍTULO VIII – DA APURAÇÃO.....	957
• CAPÍTULO IX – DO PAGAMENTO.....	957
TÍTULO III – DO IMPOSTO SELETIVO SOBRE IMPORTAÇÕES.....	958
TÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS.....	959

LIVRO III

DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

TÍTULO I – DA ZONA FRANCA DE MANAUS, DAS ÁREAS DE LIVRE COMÉRCIO E DA DEVOLUÇÃO DO IBS E DA CBS AO TURISTA ESTRANGEIRO.....	960
• CAPÍTULO I – DA ZONA FRANCA DE MANAUS.....	960
• CAPÍTULO II – DAS ÁREAS DE LIVRE COMÉRCIO	972
• CAPÍTULO III – LIVRO III (INCLUÍDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 227, DE 2026)	979
TÍTULO I – DA ZONA FRANCA DE MANAUS, DAS ÁREAS DE LIVRE COMÉRCIO, DA DEVOLUÇÃO DO IBS E DA CBS AO TURISTA ESTRANGEIRO, DO PROGRAMA NACIONAL DE CONFORMIDADE TRIBUTÁRIA E DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS NÃO TRIBUTÁRIAS RELATIVAS AO RECOLHIMENTO DOS TRIBUTOS NA LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA (SPLIT PAYMENT)	979
• CAPÍTULO IV – (INCLUÍDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 227, DE 2026)	981
• CAPÍTULO V – (INCLUÍDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 227, DE 2026)	985
TÍTULO II – DAS COMPRAS GOVERNAMENTAIS.....	992
TÍTULO III – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS.....	998
• CAPÍTULO I – DA AVALIAÇÃO QUINQUENAL	999
• CAPÍTULO II – DA COMPENSAÇÃO DE EVENTUAL REDUÇÃO DO MONTANTE ENTREGUE NOS TERMOS DO ART. 159, INCISOS I E II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL EM RAZÃO DA SUBSTITUIÇÃO DO IPI PELO IMPOSTO SELETIVO	1003
• CAPÍTULO III – DO COMITÊ GESTOR DO IBS.....	1005
Seção I – Disposições Gerais	1005

Seção II – Do Conselho Superior do CGIBS.....	1007
Seção III – Da Instalação do Conselho Superior.....	1014
• CAPÍTULO IV – DO PERÍODO DE TRANSIÇÃO DAS OPERAÇÕES COM BENS IMÓVEIS.....	1019
Seção I – Das Operações Iniciadas antes de 1º de Janeiro de 2029.....	1019
Subseção I – Da Incorporação.....	1019
Subseção II – Do Parcelamento do Solo.....	1022
Subseção III – Da Locação, da Cessão Onerosa e do Arrendamento do Bem Imóvel.....	1026
Seção II – Das Operações Iniciadas a partir de 1º de Janeiro de 2029.....	1029
Seção III – Disposições Finais.....	1029
TÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS.....	1031

PARTE III

LIVRO I

DA ADMINISTRAÇÃO E DA GESTÃO DO IMPOSTO SOBRE BENS E SERVIÇOS (IBS)

TÍTULO I – DO COMITÊ GESTOR DO IMPOSTO SOBRE BENS E SERVIÇOS (CGIBS).....	1039
• CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1039
• CAPÍTULO II – DAS COMPETÊNCIAS DO CGIBS E DAS DIRETRIZES PARA A COORDENAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO E DA COBRANÇA DO IBS.....	1039
Seção I – Das Competências do CGIBS.....	1039
Seção II – Das Diretrizes para a Fiscalização e a Cobrança Compartilhadas e Coordenadas do IBS.....	1051
• CAPÍTULO III – DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CGIBS.....	1059
Seção I – Dos Órgãos do CGIBS.....	1059
Seção II – DO CONSELHO SUPERIOR DO CGIBS.....	1062
Seção III – Da Presidência, da Vice-Presidência, da Secretaria-Geral, da Assessoria de Relações Institucionais e Interfederativas, da Corregedoria e da Auditoria Interna.....	1066
Subseção I – Da Presidência e da Vice-Presidência.....	1066
Subseção II – Da Eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes.....	1067
Subseção III – Da Secretaria-Geral.....	1067

Subseção IV – Da Assessoria de Relações Institucionais e Interfederativas	1067
Subseção V – Da Corregedoria	1068
Subseção VI – Da Auditoria Interna.....	1069
Seção IV – Da Diretoria Executiva.....	1074
Subseção I – Disposições Gerais.....	1074
Subseção II – Das Competências da Diretoria Executiva.....	1075
Subseção III – Do Diretor-Executivo	1077
Subseção IV – Das Diretorias.....	1077
• CAPÍTULO IV – DO CONTROLE EXTERNO DO CGIBS	1083
• CAPÍTULO V – DOS INSTRUMENTOS DE TRANSPARÊNCIA DO CGIBS	1084
• CAPÍTULO VI – DO ORÇAMENTO DO CGIBS	1088
• CAPÍTULO VII – DAS CONTRATAÇÕES E DA PUBLICIDADE DOS ATOS NOR- MATIVOS DO CGIBS	1090
• CAPÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	1096
TÍTULO II – DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO DO IBS.....	1099
• CAPÍTULO I – DAS NORMAS PROCESSUAIS.....	1099
Seção I – Disposições Preliminares	1099
Seção II – Dos Atos e dos Termos Processuais	1099
Subseção I – Da Forma	1099
Subseção II – Dos Prazos.....	1100
Subseção III – Das Intimações	1100
Subseção IV – Dos Vícios e das Nulidades.....	1101
• CAPÍTULO II – DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO.....	1107
Seção I – Disposições Gerais	1107
Seção II – Das Diligências.....	1108
Seção III – Da Desistência e da Revelia	1108
Seção IV – Dos Provimentos Vinculantes	1108
Seção V – Das Espécies Recursais	1113
Subseção I – Disposições Preliminares	1113
Subseção II – Do Recurso de Ofício	1113
Subseção III – Do Recurso Voluntário	1114
Subseção IV – Do Recurso de Uniformização em Relação à Legislação Específica do IBS.....	1114

Seção VI – Do Pedido de Retificação.....	1115
Seção VII – Do Incidente de Uniformização Relativo à Legislação Específica do IBS.....	1115
Subseção I – Do Cabimento do Incidente de Uniformização por Repetição de Julgamentos.....	1115
Subseção II – Do Cabimento do Incidente de Uniformização por Inobservância de Provimento Vinculante do CGIBS.....	1116
• CAPÍTULO III – DOS ÓRGÃOS DE JULGAMENTO.....	1120
Seção I – Disposições Gerais.....	1120
Seção II – Da Primeira Instância de Julgamento.....	1121
Seção III – Da Segunda Instância de Julgamento.....	1121
Seção IV – Da Instância de Uniformização da Jurisprudência do IBS Relativa à Legislação Específica do IBS.....	1122
• CAPÍTULO IV – DA REPRESENTAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA.....	1123
• CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS.....	1123
• TÍTULO III – DA DISTRIBUIÇÃO DO PRODUTO DA ARRECADAÇÃO DO IBS.....	1131
• CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	1131
• CAPÍTULO II – DA RECEITA-BASE DOS ENTES FEDERATIVOS.....	1132
• CAPÍTULO III – DA DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA RETIDA PARA FINS DE TRANSIÇÃO.....	1140
• CAPÍTULO IV – DA DISTRIBUIÇÃO COMPLEMENTAR PARA OS ENTES FEDERATIVOS COM MAIOR PERDA DE PARTICIPAÇÃO RELATIVA NA RECEITA.....	1142
• CAPÍTULO V – DA DESTINAÇÃO DA RECEITA DOS ENTES FEDERATIVOS.....	1146
Seção I – Da Destinação da Receita-Base dos Entes Federativos.....	1146
Seção II – Da Destinação da Receita Distribuída aos Entes Federativos nos Termos dos Capítulos III e IV.....	1149
Seção III – Da Destinação da Receita Distribuída aos Municípios nos Termos da Alínea “b” do Inciso IV do Caput do Art. 158 da Constituição Federal.....	1151
Seção IV – Disposições Finais.....	1151
TÍTULO IV – DISPOSIÇÕES RELATIVAS À TRANSIÇÃO DO ICMS.....	1157
• CAPÍTULO I – DA CARACTERIZAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA UTILIZAÇÃO DO SALDO CREDOR DO ICMS.....	1157
Seção I – Dos Saldos Credores.....	1157
Seção II – Do Pedido de Homologação.....	1157
Seção III – Da Compensação do Saldo Credor do ICMS com o ICMS.....	1158

Seção IV – Da Compensação do Saldo Credor do ICMS com o IBS	1158
Seção V – Da Transferência do Saldo Credor.....	1158
Seção VI – Do Ressarcimento do Saldo Credor.....	1159
Seção VII – Disposições Finais.....	1159
• CAPÍTULO II – DO APROVEITAMENTO DO ICMS INCIDENTE POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA RELATIVO ÀS MERCADORIAS EM ESTOQUE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2032.....	1159